



**JUSTIFICATIVA PARA A CELEBRAÇÃO DO 5º TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 07/2021**

Justificativa acerca do aditivo de  
prazo ao **contrato n.º 07/2021**,  
**Processo Administrativo n.º**  
**07/2021.**

O Departamento de Licitações e Contratos, do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe (CRF/SE) vem, perante Vossa Excelência, apresentar a justificativa para formalização do **5º Termo Aditivo ao Contrato n.º 07/2021 (prorrogação excepcional)**, firmado com a empresa ABF LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ n.º 16.528.677/0001-37, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de locação de veículos sem motorista e sem fornecimento de combustível, para atender as necessidades do setor de fiscalização do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe (CRF/SE), conforme condições estabelecidas no termo de referência da contratação, bem como do termo de aceite de prorrogação contratual, apresentada pela contratada, de acordo com as especificações contidas nos autos do **processo administrativo n.º 07/2021**, e as condições de habilitação verificadas por este Departamento de Licitações e Contratos, com fundamento no §4º do artigo 57 da Lei 8.666/93, conforme disposições a seguir:

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SERGIPE

**CONSIDERANDO** que o inciso II e o §4º do Art. 57 da Lei n.º 8.666/93, possibilita a prorrogação da vigência de contratos de natureza contínua e, de forma excepcional a prorrogação por mais 12 meses. Vejamos:

“Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:  
(...)”



II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com, vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

(...)

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.”

Além disso, a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, prevê em seu artigo 15 que:

“Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.”

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SERGIPE

Ademais, a Instrução Normativa acima destacada, complementa em seu ANEXO IX que:

“(…)

3. Nas contratações de serviços continuados, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses,



até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a instrução processual contemple:

- a) estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- e) manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- f) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4. A comprovação de que trata a alínea “d” do item 3 acima deve ser precedida de análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma nova licitação, sem prejuízo de eventual negociação com a contratada para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado.

5. A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente do setor de licitações, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

6. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente do setor de licitações, o prazo de sessenta meses de que trata o item 3 deste Anexo poderá ser prorrogado por até doze meses.”



**CONSIDERANDO** o entendimento do renomado professor Marçal Justen Filho, apresentado na obra Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos, transcrito abaixo:

“Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também compreendidas necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades que não são indispensáveis. O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos. 11º ed. São Paulo: Dialética, 2005. P.504.)

**CONSIDERANDO** o que dispõe o Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União:

29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.” (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)

**CONSIDERANDO** que os serviços em pauta são classificados como contínuos, tendo em vista que a sua interrupção ocasionaria em prejuízo para este órgão, uma vez que inviabilizaria a sua atividade de fiscalização.

**CONSIDERANDO** que, conforme constam nos autos do presente processo, a prorrogação excepcional do contrato se dá por conta do risco concreto de carência na prestação dos serviços de locação de veículos, tendo



em vista que a nova licitação (Pregão Eletrônico nº 90001/2026) está com a sessão pública de disputa entre os fornecedores interessados agendada para o dia 05 de maio de 2026 e, o contrato em debate, possui vigência até o dia 09 de maio de 2026, apenas quatro dias após a data designada para a disputa eletrônica.

**CONSIDERANDO** os riscos que envolvem o presente contexto, quais sejam: não conclusão tempestiva do certame; não celebração do novo contrato antecedente ao final da vigência do atual; e, em caso de contrato assinado, a não disponibilização dos veículos antes do recolhimento dos carros atualmente utilizados, houve a manifestação da Diretoria do CRF/SE, por meio do Memorando Presidência CRF/SE nº 41.2026 que determinou a adoção de providências para a prorrogação do contrato nº 07/2021.

**CONSIDERANDO** que a prestadora de serviços, ABF LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, se manifestou acerca do interesse na celebração do 5º termo aditivo, por meio de troca de e-mails, devidamente acostado aos autos do processo.

**CONSIDERANDO** que, conforme abordado no “**Memorando Licitação CRF/SE nº 38/2026**”, a pesquisa de preços demonstrou a vantajosidade, do ponto de vista econômico, quanto à prorrogação dos serviços em questão, uma vez que o valor contratado permanecerá condizente com o praticado no mercado.

Ainda sobre a demonstração da vantajosidade na prorrogação de prazo do contrato, convém mencionar o entendimento da ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no PARECER n. 00001/2019/DECOR/CGU/AGU:



26. Mesmo numa perspectiva burocrática, podemos concluir que o requisito legal para que seja dado azo à prorrogação é certa "vantajosidade" na continuidade da relação contratual. Neste ponto, ressalte-se: em momento algum a Lei impõe a realização de pesquisa de preços como condição para a prorrogação de um contrato de serviço contínuo; a exigência deste procedimento foi instrumentalmente definida, pela praxe administrativa, como uma forma de identificação da vantajosidade exigida pelo legislador. Vale ainda acrescentar que a vantagem que justifica a prorrogação não se resume ao aspecto econômico ou financeiro, sendo possível e pertinente a avaliação de outras vantagens geradas (como o histórico de boa execução contratual), legitimadoras do ato de renovação.

27. Nesse diapasão, a realização de pesquisa de preços não é uma exigência legal, mas sim uma rotina estabelecida pela praxe administrativa com a finalidade de identificação da vantajosidade econômica de renovação contratual.

**CONSIDERANDO** que na presente demanda fora demonstrada tanto a vantagem econômica, através da pesquisa de preços, conforme relatado no “**Memorando Licitação CRF/SE nº 38/2026**”, como a vantagem de um bom histórico de execução contratual, já que os serviços foram prestados de forma satisfatória durante os 60 meses de contratualização.

**CONSIDERANDO** que o contrato em questão possui vigência até o dia **09 de maio de 2026**, além de todo o contexto apresentado, faz-se necessária a prorrogação excepcional do prazo, consoante entendimento das legislações pertinentes no que tange ao **inciso II e §4º, ambos do art. 57 da Lei nº 8.666/93**, tendo em vista que persistem as necessidades acima elencadas, e os preços e condições continuam vantajosas para a administração.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Por fim, entende-se que a situação vivenciada está caracterizada no inciso II e §4º do artigo 57 da Lei 8.666/93, cujo está devidamente justificada a necessidade de formalização do termo aditivo.

Ante o exposto, submetemos a presente justificativa à ratificação de Vossa Excelência, para posterior tramitação do processo de celebração de termo aditivo com a consequente publicação do extrato, nos termos do artigo 61 da Lei 8.666/93.

Aracaju/SE, 28 de abril de 2026.

Francisco César Alvaia da Cruz Neto  
Departamento de Licitações e Contratos  
Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE

RATIFICO os termos da presente Justificativa, pelos fatos e fundamentos apresentados e por estar à mesma, em conformidade com o §4º e inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SERGIPE

Daniel Andrade de Oliveira.  
Presidente.